

Cotidiano jornalístico: sentidos do trabalho e condições organizacionais

Cristiane Oliveira Reimberg¹

Universidade de São Paulo (USP) e Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina no

Trabalho (FUNDACENTRO), São Paulo, Brasil

Este artigo busca refletir sobre o cotidiano de trabalho do jornalista. Para tanto, baseia-se nas condições organizacionais vivenciadas pelos profissionais e o sentido que os mesmos dão para o trabalho jornalístico. Como referência utiliza autores que, ao abordar o jornalismo, apontaram aspectos da organização e sentidos do trabalho como Abramo (1988), Abramo (2007) e Marcondes Filho (2000), e outros que pesquisaram as condições organizacionais desses trabalhadores, como Ribeiro (1994) e Heloani (2003). Primeiro discutimos a noção de cotidiano, para depois relacioná-la com o jornalismo e as práticas profissionais, ressaltando os aspectos da organização do trabalho. Por fim, refletimos sobre os sentidos do trabalho para o jornalista.

Palavras-chave: Cotidiano; jornalismo; trabalho do jornalista.

This article seeks to reflect on the daily work of the journalist based on the organizational conditions experienced by professionals and the meaning that they give to journalism. Use studding authors that addressing journalism, and showed aspects of the organization of work as Abramo (1988), Abramo (2007) and Marcondes Filho (2000), and others who have researched, also organizational conditions of such workers, as Ribeiro (1994) and Heloani (2003). First we discuss the notion of everyday life, and then relate it to journalism and professional practices, emphasizing the aspects of work organization. Finally, we reflect on the meanings of work for the journalist.

Keywords: Daily life, journalism, work of a journalist.

Introdução

O objetivo deste artigo é refletir sobre o cotidiano de trabalho do jornalista, observando as

¹Doutoranda e Mestre do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA-USP. Especialista em Jornalismo Social pela PUC/SP. Analista em Ciência e Tecnologia da Fundacentro. E-mail: crisreim@yahoo.com.br.

condições organizacionais e o sentido que esse trabalho tem para os profissionais. A relação com o cotidiano é fundamental, pois dele se retira a matéria-prima para a construção da notícia ao mesmo tempo em que as vivências cotidianas do próprio jornalista serão essenciais para a forma e as condições em que o trabalho jornalístico será realizado.

Martins (1998, p.2), ao retratar o cotidiano, aponta que “no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais”. Assim, a vida de todo dia é o lugar de novas esperanças, e o herói é a pessoa comum imersa no cotidiano.

O autor busca refletir sobre as orientações marxista e fenomenológica em relação ao senso comum e ao cotidiano. Da fenomenologia, destaca que o senso comum “é conhecimento compartilhado entre sujeitos da relação social”. O significado é experimentado pelos sujeitos, e a significação negociada por eles. Há ainda critérios de uso e experimentação.

O senso comum é comum não porque seja banal ou mero e exterior conhecimento. Mas porque é conhecimento compartilhado entre os sujeitos da relação social. Nela o significado a precede, pois é condição de seu estabelecimento e ocorrência. Sem significado compartilhado não há interação. Além disso, não há possibilidade de que os participantes da interação se imponham significados, já que o significado é reciprocamente experimentado pelos sujeitos. A significação da ação é, de certo modo, negociada por eles (MARTINS, 1998, p. 3-4).

A etnometodologia mostra que “o conhecimento cotidiano não é construído apenas de significados”, pois há a possibilidade de criação de significados substitutivos. O “senso comum decorre da partilha, entre atores, de um mesmo método de produção de significados”, que são reinventados. Percebe-se, ainda, que a vida cotidiana é atravessada por discontinuidades (MARTINS, p.4-5).

Essas discontinuidades, segundo Martins (p.5), também são apresentadas na vertente marxista. O cotidiano pode ser invadido por momentos criadores e por conhecimentos revolucionários.

É no fragmento de tempo do processo repetitivo produzido pelo desenvolvimento capitalista, o tempo da rotina, da repetição e do cotidiano que essas contradições

fazem saltar fora o momento de criação e de anúncio da História - o tempo do possível. E que, justamente por se manifestar na própria vida cotidiana, parece impossível. Esse anúncio revela ao homem comum, na vida cotidiana, que é na prática que se instalam as condições de transformação do impossível em possível (MARTINS, 1998, p.6).

O cotidiano a partir das matrizes da fenomenologia e do marxismo também é abordado por Tedesco (1999), que afirma insistir em uma “perspectiva crítica do cotidiano” em relação à forma como a razão e a modernidade “transformaram (colonizaram) esse cotidiano” (p.15). A crítica se estende “a razão sensível de exacerbação subjetivista que tende a desfazer o emergir da história, da consciência emancipadora do indivíduo social e de um coletivo dialético e transformador”. O senso comum também não é visto de forma fechada, mas sim como “pré-requisito” para a análise do vivido. E vai além, recorrendo a Balandier (1983), para destacar a possibilidade do campo da sociologia do cotidiano em “resgatar o aparecimento do sujeito em face a estrutura” (TEDESCO, 1999, p. 21).

Centralizar o sujeito individual através de suas práticas e representações, pelas quais se relaciona e negocia com a sociedade, com a cultura e com os acontecimentos, significa dizer que o cotidiano não é só o vivido; torna-se, sim, objeto de interrogação e de debate, ou seja, é um espaço que, pela doxa (opinião), poderá chegar à reflexão e ser uma semente promotora de superações e suspensões (TEDESCO, 1999, p.21).

Tedesco (1999, p.22) completa que a vida cotidiana não é só o vivido individualmente, a simples interação, as posições coletivas ou a ideia de frequência de ações. Trata-se de “um atributo do ator individual e se realiza sempre num quadro socioespacial, seja de um modo individualista, seja de um modo estruturalista”.

Outro aspecto ressaltado pelo autor é de que apesar da aparência totalizante do cotidiano, não é impossível constituir nossa individualidade. Ainda coloca que “todos possuem uma vida cotidiana - com suas complexidades, contraditoriedades, ambiguidades, rotinizações, (pré) ocupações, conflitos, rupturas, elevações etc.”. Aponta a complexidade da vida cotidiana e a coloca como “antes de tudo, um produto histórico”, que “se vincula e possui uma relação de estreiteza com os movimentos, as rupturas e as continuidades que as várias

modalidades organizativas e de existência social assumem”. Com a crítica da vida cotidiana pode se promover a transformação do cotidiano (TEDESCO, 1999, p.24-26).

Essa transformação, para Tedesco (1999, p.29), deve ser como defende Lefebvre, com a “transformação das estruturas sociais, das representações coletivas (suas significações) e das condições materiais que o condicionam e o colonizam”. Para apreender a realidade “concreta, histórica, construída pelos homens em suas relações sociais de produção (AZANHA, 1992)”, o autor defende aprendizagem e interpretação da voz do outro e mais uma vez recorre a Lefebvre (1994) ao afirmar que “o conhecimento do espaço revela as contradições” existentes, e o cotidiano seria também um espaço de “síntese do mundo vivido” (TEDESCO, 1999, p.29).

O cotidiano, o jornalismo e a organização do trabalho

O jornalismo possui uma relação intrínseca com o cotidiano. É dele que o jornalista tira a matéria-prima para realizar o seu trabalho. É no cotidiano que buscará suas pautas, as informações necessárias para reconstruir histórias e relatá-las ao público leitor, ouvinte ou telespectador. Como afirmou Cláudio Abramo (1988, p.113), “jornalismo é, em grande parte, o registro histórico cotidiano – ou do cotidiano histórico, como se queira -, é preciso ter pontos referenciais sobre o universo em que se vive”.

Já Ribeiro (1994, p.9) acredita na necessidade de se superar o cotidiano com uma leitura interpretativa dos acontecimentos. No entanto, confirma essa ligação, ao afirmar que “uma das características mais constantes do jornalismo é seu radical enraizamento no cotidiano, o que lhe confere diferentes características, de acordo com as sociedades e as fases históricas em que é realizado”.

Também é no cotidiano que o jornalista vivencia as condições de trabalho que permitem ou limitam o exercício profissional. Longas jornadas, pressão, busca por produtividade e maior quantidade de matérias acabam prejudicando a prática jornalística e interferindo também na saúde do “trabalhador da notícia”.

Não se prima pela qualidade do texto e não se alcança o “relato veraz”, defendido por Chaparro (2007, p.143), que se caracteriza por ser “visto, ouvido e sentido pelo mediador”. A “razão ética primordial do jornalismo” seria a de “viabilizar, asseverando, o acesso ao direito de informação”, até se chegar nesse “relato veraz”.

Compromete-se ainda a autonomia na realização do trabalho, e a criatividade é podada. “O ritmo de trabalho, a interiorização cotidiana de procedimentos de reportagem e redação criam uma segunda natureza, que desestimula a experimentação...” (RIBEIRO, 1994, p.100).

A dureza das condições organizacionais é relatada por Heloani (2003, p.80), que estudou a qualidade de vida do “trabalhador-jornalista” no mundo contemporâneo, considerando a relação com o trabalho e sintomas psicológicos. Ao analisar a condição de 44 jornalistas, concluiu que 34 têm stress (p.77). Ainda apontou outros problemas como a obrigação dos jornalistas se adaptarem às novas tecnologias “freneticamente”; o efeito colateral danoso das práticas organizacionais; a falta de identificação coletiva; manipulação das informações; humilhações no trabalho; o enxugamento das redações (p.78-80).

Se quase todos reconhecem haver uma instrumentalização da subjetividade no ambiente de trabalho, por que não desistem? Por que insistem na profissão? A dúvida que se colocava, afinal, era a do porquê jornalistas, geralmente bem qualificados e informados, formadores de opinião, se sujeitarem a condições como estas: “*vocês vão continuar tomando no cu até o fim do ano*”. O que se concluiu pelos depoimentos é que a maioria desses sujeitos simplesmente ama seu trabalho, são *apaixonados* pelo que fazem, *fetichizam* sua profissão.

Apesar do “*glamour*”, do fetiche pelo jornalismo, como já vimos, alguns buscam outras saídas pois, ao contrário de outros colegas, não suportam mais adiar a felicidade e temem não mais agüentarem o ritmo de trabalho por muito tempo, ou melhor, até a aposentadoria. Isto fica evidente pelas seguintes falas: “*hoje a redação é uma padaria, é uma linha de montagem...*” (HELOANI, 2003, p.80).

O cotidiano jornalístico revela as suas contradições, o prejuízo das práticas jornalísticas e os problemas relacionados às condições de trabalho oferecidas. Marcondes Filho (2000, p.81-82), ao abordar a TV, relata a busca pela rapidez e a superficialidade das notícias. Caracteriza os jornalistas como “funcionários de uma linha de montagem acelerada em que

rapidamente selecionam, por padrões viciados e em geral imutáveis” com os mesmos enfoques e caracterizações. O jornalismo se torna assim “uma máquina de produzir sempre o mesmo, qualquer que seja o conteúdo diferente do dia-a-dia”. Selecionam-se os mais rápidos e não os mais capazes.

Ribeiro (1994, p.66) também utiliza o termo linha de montagem para caracterizar o trabalho dos jornalistas. “A nova racionalidade - que se pretendia secular e regida por critérios de desempenho, produtividade e rentabilidade - caracterizou decisivamente a empresa de notícias como indústria e como comércio...” (p.54). Um dos exemplos que coloca é o Projeto Folha, citando o documento “A Folha Depois da Campanha Diretas-Já”, de junho de 1984, que falava da necessidade de substituição de profissionais, pois não haveria “tempo nem condições materiais para adestrá-los” (p.66). Como jornalista, afirma ter vivenciado “uma tarefa mental submetida a normas industriais, um ritmo de trabalho frequentemente embrutecedor e relações tensas” (p.14).

Não é só tempo que falta aos jornalistas para realizarem suas matérias de forma que possa ouvir todos os lados, checar a veracidade dos fatos, compreender a realidade que busca retratar. A comparação com a linha de montagem também remete a falta de autonomia, algo fundamental para o exercício de um trabalho reflexivo e uma exigência antiga nos meios fabris. Weil (1979, p.96-97) já na década de 30 defendia a autonomia dos trabalhadores e afirmava: “não podemos admitir que a vida dos homens seja sacrificada em nome da fabricação dos produtos” (p.114). É preciso conciliar as exigências da fabricação com as aspirações das pessoas. A organização ideal, então, seria aquela que proporcionasse o maior número de produtos possíveis e bem feitos com trabalhadores felizes.

Na análise de Ribeiro (1994, p.156-157), o taylorismo está presente nas redações com a “cobertura científica dos fatos”, “a imposição do deadline, de planos de metas, produção computadorizada, controles de erros, avaliações mensais dos jornalistas, planilhas do volume de produção”. A tensão é estimulada para “extrair mais produtividade” e é comum a queixa de problemas nervosos.

A experiência clínica nos leva a supor que o stress nesta área advém sobretudo do trabalho que faz do jornalismo uma profissão de risco e também de morte precoce. Pesquisas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), junto a sindicatos de jornalistas, demonstram uma tendência nada promissora para essa profissão: devido às doenças insidiosas e, portanto, de difícil diagnóstico precoce, parte significativa desses profissionais não alcança sequer a aposentadoria... Ademais, a partir da implantação de novas tecnologias nas redações nacionais, os usuários – jornalistas em sua maioria – se vêem cada vez mais diante dos “Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho” (DORT) (HELOANI, 2003, p.20).

A organização do trabalho e os adoecimentos estão ligados às condições históricas e sociais em que vivemos. Harvey (1992) mostra que a racionalização e divisão do trabalho pensada por Henry Ford foi substituída depois pela acumulação flexível, a qual é caracterizada pela “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”, assim como pela “inovação comercial, tecnológica e organizacional”. O autor relata que (1992, p.177) muitos acreditam em uma “segunda divisão industrial” e que “novas formas de organização do trabalho” transformaram “radicalmente a face do capitalismo no final do século XX”. Em tempos de acumulação flexível, as relações de trabalho também são flexibilizadas, e o favorecido continua sendo o capital (p.211).

Essa precarização atinge também os jornalistas, com longas jornadas sem hora extra, contratações como pessoa jurídica, menores salários, redações enxutas, mais demanda com menos profissionais e tantas outras flexibilizações. Como descreve Marcondes Filho (2000, p. 36), “bom jornalista passou a ser mais aquele que consegue, em tempo hábil, dar conta das exigências de produção de notícias do que aquele que mais sabe ou melhor escreve”; o processo de trabalho se virtualiza, e o ambiente humano da redação desaparece:

(...) o que é afetado é o ambiente de produção. Desaparecem os eventos marginais da atividade (a consulta ao colega, a conversa relaxante, os eventuais apoios ou críticas, em suma, o clima - inconscientemente - solidário da atividade). Diante da tela, jornalistas estão hoje mais entregues a si mesmos. Ela atua como um super patrão, que lhes exaure muito mais, pois os tem inteiramente. Neste sentido, o trabalho informatizado e isolado eleva sobremaneira a “exploração da mais-valia”: os jornalistas trabalham mais pelo mesmo dinheiro, se esgotam mais e estão mais

sujeitos ao estresse, à estafa. (MARCONDES FILHO, 2000, p.50-51).

Sentidos do trabalho para o jornalista

Neste cenário, qual o sentido do trabalho para o jornalista? Para refletir sobre essa questão, primeiro é preciso entender a abordagem de significado e sentido do trabalho. Tolfo, Coutinho, Baasch e Cugnier (2011) discutem a centralidade do trabalho em suas dimensões social e psicológica e os processos de significação e sentidos atribuídos ao trabalho. Após percorrer as principais abordagens teóricas sobre essas questões, os autores propõem a seguinte diferenciação: a compreensão dos significados “como construções elaboradas coletivamente em determinado contexto histórico, econômico e social concreto” e os sentidos como “uma produção pessoal decorrente da apreensão individual dos significados coletivos, nas experiências cotidianas” (p.23, tradução nossa).

O trabalho pode ter diferentes conotações. Coutinho (2009, p. 192) utiliza a classificação de Blanch (2003): pólo negativo, centro do contínuo e pólo positivo. O primeiro vê o trabalho como “maldição, castigo, jugo, estigma, coerção, esforço, penalidade”. O segundo o coloca como instrumento para sobrevivência, e a terceira visão é do trabalho como “missão, vocação, caminho, valor, fonte de satisfação e auto-realização”.

Apesar dos problemas relacionados à organização do trabalho no jornalismo, o sentido apreendido pelos profissionais é positivo. Ribeiro (1994, p. 130) destacou o uso da palavra “missão jornalística” no Manual da Folha, na época em que realizou seu estudo. A palavra missão também aparece nas falas dos jornalistas que ele entrevistou, assim como sacerdócio, religião, seita (p.140-141).

O pesquisador, que também é jornalista, afirma ter presenciado “companheiros que sacrificavam desnecessariamente suas férias em prol do trabalho, chefes que telefonavam para redatores durante a folga de ambos para resolver questões de trabalho” e ainda ouviu relatos até de jornalistas que por engano e rotina foram trabalhar em dia que a redação estava fechada (p.131). A centralidade do trabalho também fica clara na afirmação:

Para quem encara o jornal como extensão da própria vida, a possibilidade de

publicar erros é um atentado, uma bofetada que o obriga a olhar de frente a precariedade de seu produto. A direção dos jornais não aceita como desculpa as condições de trabalho que ela mesma oferece aos jornalistas; é comum estes interiorizarem a precariedade (cultural inclusive) do processo produtivo como se fosse sua exclusiva responsabilidade (RIBEIRO, 1994, p.122).

A pesquisa realizada por Heloani (2003, p. 52) também mostra essa centralidade em que “o ‘mundo da vida’, a esfera particular ... se confunde com a própria atividade profissional”. Ele apresenta vários relatos de jornalistas que caracterizam o sentido do trabalho jornalístico para essas pessoas: “Eu sou jornalista o tempo inteiro. Vida pessoal e vida do trabalho, elas se interpõem”; “Eu acho que a minha vida profissional e o meu trabalho não são coisas díspares (...) A minha motivação de viver tá relacionada ao orgulho que tenho do que faço” (p.53).

Outra constatação do pesquisador foi o fetiche que fazem da profissão e a paixão que nutrem por ela:

“Eu adoro. Eu adoro vir para o trabalho. Eu adoro e adoro mesmo. Então, eu acho que isso ameniza o meu sono.” (Sujeito 15)

(...)

“Escolhi por gostar, principalmente, de rádio e comunicação... Pela paixão pelo rádio e por gostar de algo ligado ao social. Um trabalho que eu gosto, mas que é estressante.” (Sujeito 19)

(...)

Eu amo o que eu faço e nunca mais eu largo ela (profissão) (...) Eu não consigo ver a S. sem ser a S. jornalista e eu não consigo ver a jornalista sem ser a S. pessoa (...) Para ser jornalista tem que ter o dom, tem que gostar, gostar muito do que se está fazendo (...) (Sujeito 1)

(...)

“Eu gosto de Redação, apesar de sofrer. Eu acho que é que nem cachaça. Você vicia (...) O nível de adrenalina é muito forte, assim, e você vicia. Fica escravo dessa coisa.” (Sujeito 6) (HELOANI, 2003, p. 55-56).

Os depoimentos colhidos por Heloani (2003) mostram a relação entre sentido e significado, pois apesar dos relatos expressarem o sentido que cada profissional tem sobre o seu trabalho, percebe-se um significado comum, uma construção coletiva que se repete com a idealização e o amor à profissão, apesar dos problemas que ela apresenta. O jornalista é

quase um herói que suporta tudo pela profissão que ama. O mesmo se percebe nas entrevistas realizadas por Ribeiro (1994, p. 141):

Augusto Nunes também reconhece um forte elemento místico no jornalismo: “Nossa profissão tem elementos de seita; certa forma saudável de loucura. Você não ganha tanto para ser tão obstinado e tão apegado à integridade como ocorre aqui”. Ao afirmar, no entanto, que a mística é mais forte que as condições de trabalho, ele roça a ideologia empresarial: “Os jornalistas desmentem a história de que falta de dinheiro corrompe pois, mesmo com salários muito baixos, eles resistem à atração do poder. Isso tem alguma coisa de missionário. (...)”

(...) O psicoterapeuta e jornalista Rui Fernando Barbosa afirma que “faz parte do meio profissional e é muito valorizada a situação de sofrimento; se o cara chega cedo em casa, tem horários, ele já fica angustiado, porque o bonito na profissão é sofrer”.

Uma percepção mais crítica sobre a questão empresarial aparece no depoimento que Ribeiro (1994, p. 141-142) colheu de Ricardo Kotscho. O jornalista acredita que é o romantismo de pessoas como ele que faz os jornais sobreviverem, pois para trabalhar 12, 14 horas por dia é preciso ter “essa paixão”. Mas avalia que os empresários não têm isso, criticou a alta rotatividade e comparou o jornalismo com uma “fábrica de salsicha”.

Cláudio Abramo (1998, p.110) coloca o jornalismo como “um meio de ganhar a vida, um trabalho como outro qualquer”, “uma maneira de viver”, não uma “cruzada”. Destaca que o jornalista deve estar ciente de que não é o dono do jornal. Ainda define o papel do jornalista, o que mostra o sentido que o autor dá ao trabalho: “O papel do jornalista é o de qualquer cidadão patriota, isto é, defender o seu povo, defender certas posições, contar as coisas como elas ocorreram com o mínimo de preconceito pessoal ou ideológico”. Também afirma não dissociar o “jornalista de uma certa paixão”, mas não pela profissão, o que considera “besteira” e sim para sentir as coisas como são (p.113).

A visão do jornalista como um trabalhador também aparece em Perseu Abramo (2007). Ele aponta que a transformação dos jornais em empresas cria “uma separação mais nítida entre o proprietário do jornal, representante da classe burguesa, e o jornalista, profissional semiqualficado, geralmente recrutado entre as camadas da classe média urbana”

(p.282-283). Com a maior necessidade de informações da sociedade, segundo o autor, as empresas divulgam as informações “necessárias ao funcionamento do sistema social, econômico e político da sociedade moderna”, mas também participam do poder político e defendem interesses de grupos específicos (p.283).

Para o *jornalista*, porém, o problema de seu papel social coloca-se de maneira diferente. A contradição inerente à empresa jornalística, que a divide entre *proprietário da empresa e jornalista assalariado* (e que reflete a contradição essencial inerente à estrutura social, entre burguesia e proletariado), determina o papel real exercido pelo jornalista, que passa a ser, também, contraditório e é visto por ele e pelos demais como ambíguo, incongruente, impreciso, oscilante etc.

Portanto, nesse campo é preciso distinguir entre o ser e o *dever ser*, isto é, a conduta efetiva dos jornalistas e a conduta que ele deveria ter ou pela qual deveria lutar. (ABRAMO, 2007, p.283-284).

Podemos perceber que mesmo quando se critica alguma condição de trabalho, tanto na fala de Kotscho quanto dos entrevistados de Heloani (“um trabalho estressante”, “um vício”), o idealismo permanece. A noção de missão, paixão, o jornalista quase como um herói ultrapassam o sentido que cada jornalista tem sobre a sua profissão, mostrando uma construção coletiva, um significado comum.

Esses sentidos também são percebidos em Cláudio Abramo (1998), que fala do jornalismo como um trabalho qualquer, mas coloca deveres como a defesa do povo e a paixão de “sentir as coisas como elas são, ou com a intensidade que elas devem ter” (p.114). Apesar de colocar o dever do jornalista como o de qualquer outro cidadão, quando descreve a paixão sentida, descreve o próprio fazer jornalístico. A idealização permanece ainda que ele faça críticas como o fato de não ser possível pensar fora do estabelecido e dos meios de informação serem geridos pela ideologia do consumo (p.116).

Já os textos de Perseu Abramo (2007) parecem aliar a visão crítica em relação às empresas com uma visão menos idealizada do jornalismo, apontando que ele nas “grandes empresas abdica de tomar consciência da classe social a que pertence” - a de trabalhador assalariado (p.284). Ainda define:

Entre as antigas atividades gerais que foram se transformando em profissões

específicas está a de jornalismo. Na sua essência, o jornalismo trata da informação. É uma profissão construída de funções que se destinam a planejar e obter informações do mundo real - físico ou social -, organizar, estruturar, hierarquizar essas informações, explicá-las, analisá-las e interpretá-las, e apresentá-las e difundi-las através de diversos processos, utilizando-se de meios impressos, auditivos, visuais, geralmente combinados entre si (ABRAMO, 2007, p.297).

Procuramos ao longo deste texto mapear alguns sentidos e significados construídos sobre o trabalho jornalístico. Acreditamos ser possível perceber uma identidade coletiva. As condições de trabalho são criticadas em alguns momentos, mas a visão idealizada da profissão é mantida, o que tem relação direta ao sentido que os jornalistas dão ao trabalho e ao significado que permeia o jornalismo.

Esses sentidos e significados, como apontam Tolfo, Coutinho Baasch e Cugnier (2011, p.23), são construídos em uma relação dialética com a realidade. “Há unanimidade no entendimento de que o sentido da ação do sujeito não é pautado somente por fatores intrínsecos, mas construído socialmente, no âmbito da cultura” (tradução nossa).

Trata-se de construções sociais do cotidiano, onde os sujeitos são ativos, se interagem uns com os outros e com o meio, assim o sentido e o significado do trabalho também são interdependentes e apresentam os conflitos existentes na realidade. No caso do jornalismo, percebe-se um embate entre o sentido que o trabalho de jornalista tem com as condições de trabalho que são vivenciadas na prática.

Considerações finais

As condições organizacionais e o sentido do trabalho do jornalista apontam para um paradoxo. Se nas diversas falas apresentadas, prevalece uma “paixão” pela profissão, por outro lado, as mesmas vozes apontam condições de trabalho ruins. Da mesma forma que permanecem características do taylorismo, como aponta Ribeiro (1994) sobre as metas e avaliações, a flexibilidade dos processos de trabalho atinge os jornalistas, além disso as exigências por metas são ainda maiores.

O Manual da Redação da Folha, de 2001, traz o texto do Projeto Folha de 1997. Lá não

se fala em jornalismo como missão nem se usa a palavra adestramento como se fez em 1984. Mas coloca “os programas de qualidade” como um “imperativo de gerência empresarial”. Fala-se em se reduzir a incidência de erros de linguagem e digitação e também os de conteúdo.

Claro que é importante prezar pela qualidade da informação oferecida ao leitor, no entanto, será que os jornalistas têm as condições adequadas para produzir as matérias? O Manual chega a apontar a necessidade de “incrementar o jogo de estímulos recíprocos entre melhores condições de remuneração e trabalho, por um lado, e uma cultura jornalística que incentive o aprendizado, a autocrítica e a imaginação, por outro” (p.16).

Os textos estudados alertam para uma realidade diferente dessa afirmação. As falas de jornalistas ouvidos por Heloani (2003) e Ribeiro (1994) mostram situações de longas jornadas de trabalho, baixa-remuneração, falta de autonomia e pouco espaço para o exercício da criatividade e do aprendizado.

Surpreendentemente, um dos mais expressivos testemunhos que colhi a esse respeito é do próprio Lins da Silva, que implantou o processo na FSP: “O nível de dedicação que o jornal exige, e sem o qual a coisa não vai, extingue o ser humano em pouco tempo. Essa dedicação ao longo de cinco anos teve como efeito que empobreci sob todos os aspectos... intelectual, emocional. Tive a clarividência de que estava me extinguindo como ser humano, completamente burrificado, porque não lia mais nada, nem romance, nem teoria. (...) Se o preço a pagar é esse pela dedicação exclusiva e integral ao jornal, então ele é alto demais. Ninguém agüenta mais tempo – quem agüenta morre; senão fisicamente, pelo menos intelectual e emocionalmente. (RIBEIRO, 1994, p.195)

Heloani também constata em 2003 problemas parecidos. São declarações que mostram como a qualidade de vida e a vida pessoal são suplantadas pelo trabalho. Os entrevistados falam em salários cada vez mais baixos e sobre o não pagamento de hora extra. Realidade essa que parece não ter mudado, como aponta matéria de Izabela Vasconcelos - “Filho pobre”. Grupo Folha é acusado de precarizar redação do jornal Agora SP – publicada no site Comunique-se, em março de 2011. Segundo a reportagem, os jornalistas trabalhavam de 12h a 15h diárias, sem banco de horas ou horas extras. Ainda cuidavam de oito a quinze pautas

por dia.

Difícilmente situações como essa de longa jornada e alta exigência por produção não gerarão estresse, somatizações em dores e até transtornos mentais. Pesquisa realizada pela Professora Anadergh Barbosa Branco, da UnB (Universidade de Brasília), relata que problemas relacionados ao estresse como depressão, alcoolismo, hipertensão, dor de cabeça, entre outros, afastaram 1,3 milhão de brasileiros do trabalho. Ribeiro (1994, p.158), na época em que realizou seu estudo com jornalistas, ressaltou a ocorrência de ansiedade, esgotamento progressivo, que “se somatizam em doenças alérgicas e até cardíacas”.

(...) a organização do trabalho tem a ver com as tarefas que as pessoas devem fazer dentro da unidade de tempo. Os trabalhadores são pressionados a aumentar a produtividade. Outro aspecto importante é como se desenvolvem os relacionamentos humanos e como ocorrem as relações de poder dentro dessa organização. Quais os níveis de autonomias que as pessoas podem ter? Quanto elas são livres para usar a sua experiência, a sua capacidade, a sua criatividade? Se há inibição desses quesitos, elas podem sofrer ou adoecer mentalmente. A repressão pode vir das comunicações de chefia ou da falta de comunicação. Nos últimos 20 anos, sentimos o impacto de reestruturações em que houve o encolhimento pessoal das empresas. Os que trabalhavam passaram a se sentir cada vez mais inseguros, ameaçados, desconfiados. Isso fez com que os relacionamentos humanos nas empresas tenham se deteriorado. A organização do trabalho tem se desenvolvido de modo negativo, acarretando cada vez mais medos e incertezas. Tudo isso impacta no psiquismo das pessoas e nas suas identidades. Elas perdem autoestima, passam a duvidar de si mesmas, sentem-se desvalorizadas e assim surgem problemas psíquicos (SELIGMANN-SILVA, 2009, p.8-9).

A análise acima, feita pela psiquiatra Edith Seligman Silva, referência na saúde mental dos trabalhadores, mostra a necessidade de se repensar a organização do trabalho. Essa mudança também deve ocorrer no cotidiano de trabalho jornalístico, no qual a pressão, as metas por produção, as longas jornadas, a falta de autonomia, as relações entre os trabalhadores e superiores podem levar ao adoecimento do profissional e ao empobrecimento das pautas e matérias realizadas.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo**. São Paulo: Cia das Letras, 1988. 270p.

ABRAMO, Perseu. **Um trabalhador da notícia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

COUTINHO, Maria Chalfin. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 12, n.2, 189-201, 2009..

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo: Buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. São Paulo: Summus, 2007.

Entrevista: Edith Seligmann Silva. **Revista Proteção**, Novo Hamburgo, v.206, p.8-12, fev. 2009.

GENTILLI, Victor. **Democracia de Massas: Jornalismo e Cidadania: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HELOANI, Jose Roberto Montes. **Mudanças no Mundo do Trabalho e Impacto na Qualidade de Vida do Jornalista**. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, NPP – Série Relatórios de Pesquisa – Relatório nº 12/2003.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo: A Saga dos Cães Perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MARTINS, José de Souza. O senso comum e a vida cotidiana. Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 1-8, 1998.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre Alerta - Condições e Contradições do Trabalho Jornalístico**. São Paulo: Brasiliense e Olho D'água, 1994.

TEDESCO, João Carlos. **Paradigmas do cotidiano: introdução à constituição de um campo e análise social**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

TOLFO, Susana da Rosa, COUTUNHO, Maria Chalfin, BAASCH, Davi & CUGNIER, Joana Soares. (no prelo) Sentidos y significados del trabajo: um análisis com base en diferentes perspectivas teórico-epistemológicas em Psicologia. **Universitas Psicológica Colômbia**, 10 (1).[a ser publicado]

VASCONCELOS, Izabela. “Filho pobre”. Grupo Folha é acusado de precarizar redação do jornal Agora SP. **Comunique-se**. Disponível em: <http://www.comunique-se.com.br/index.asp?p=Conteudo/NewsShow.asp&p2=idnot%3D58230%26Editoria%3D8%26Op2%3D1%26Op3%3D0%26pid%3D405136384%26fnt%3Dfntnl> Acesso em: 19 mar. 2011.

WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.